

## ***SITUAÇÃO PREOCUPANTE***

---

**HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS\***  
*Desembargador do Tribunal de Justiça de Alagoas*

Os brasileiros têm sido prejudicados em suas atividades por uma sucessão de greves no setor público. Greves que não só atribulam o cotidiano dos indivíduos como também comprometem setores vitais da economia.

Nos últimos dias, industriais da zona Franca de Manaus – do setor de eletroeletrônicos -, da indústria de remédios de São Paulo e empresários vinculados ao setor de exportação têm concedido entrevistas clamando contra essa situação, que atinge suas atividades. Os industriais de Manaus são forçados a paralisarem linhas de produção e a demitir empregados porque, faltam componentes importados para seus produtos. As empresas de produtos farmacêuticos também não dispõem de componentes importados – que são, aliás, a maior parte – e os exportadores assistem ao armazenamento de seus produtos, porque a fiscalização pública está em greve.

Essa é uma situação de risco permanente para a população, que atinge, inclusive, os doentes que não podem abrir mão de remédios essenciais, porque põem em risco a própria sobrevivência.

Na verdade, esse quadro preocupante não é fato novo, mas tem se agravado nos últimos meses, com perspectivas inquietadoras. Embora seja prioridade, não tem sido encarada como tal.

O ambiente político administrativo que provoca essa controvérsia é a falta de uma legislação que fixe normas permanentes para a controvérsia salarial dos servidores públicos. Isso só poderá ser feito, naturalmente, após discussões criteriosas com os segmentos interessados, pois é assim que se faz em regimes democráticos.

A existência de corporações fortes e (ou) fracas mais contribui para agravar a ocorrência de divergências entre a administração pública e os servidores.

Havia a expectativa de que a realização periódica de concursos, onde os candidatos têm oportunidade de conhecerem com antecedência os salários que receberão, contribuísse para minorar a gravidade das divergências salariais no setor público.

Também o controle da inflação era considerado, quando se abordava o assunto, um aspecto positivo. Perspectivas que não se confirmaram.

À medida que as greves do setor público se tornam mais freqüentes, acentua-se a cobrança da opinião pública para que o congresso, após as avaliações que são indispensáveis, aprove uma legislação que discipline as questões salariais entre servidores e administração pública, que corresponda às conveniências da administração pública, dos servidores e da população.

Min. Humberto Martins.